

Fundação mostra plano urbano com modificações

A Prefeitura de Vitória recebeu ontem da Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN) os volumes contendo o novo Plano de Desenvolvimento Urbano. Até a próxima semana, o secretário de Obras Laerce Machado distribuirá cópias do documento aos órgãos de imprensa e a diversas entidades ligadas ao setor, como Sindicato da Construção Civil, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura. Todos esses órgãos discutirão com a Prefeitura e a FJSN possíveis alterações no PDU. Depois disso, o documento será novamente encaminhado à Câmara para que os vereadores o examinem.

De saída o diretor de Controle de Edificações da PMV, Danilo Martins, declarou que não serão permitidas alterações profundas no documento, uma vez que "ele foi preparado cuidadosamente, ao contrário do Plano anterior, que foi feito de afogadilho. "Outro fator que deverá contribuir para que não haja grandes mudanças no projeto é o consenso obtido em torno da quase totalidade dos pontos do PDU, além do fato de ele ter sido elaborado em comum acordo entre a Prefeitura e a FJSN — ao contrário do Plano original feito exclusivamente pela FJSN, que consultou a Prefeitura apenas pró-forma, não tendo incluído no Plano as sugestões colhidas.

Quanto à CESAN, a FJSN solicitará apenas dados como o volume d'água que poderia ser acionado, no sentido de se viabilizar o PDU. Depois de protestos generalizados o Plano foi retirado da Câmara e Reelaborado em vários aspectos. Na época, todos os órgãos e entidades ligados ao setor apontaram restrições, e até mesmo a Fundação Jones dos Santos Neves reconheceu falhas existentes. Quem mais gritou foi o Sindicato da Construção Civil, inconformado com o gabarito para a construção de edifícios.

GABARITOS

Este é um dos pontos mais polêmicos do PDU, estando ainda por ser definido. A comissão que preparou o novo Plano, composta de representantes

da Prefeitura e da FJSN, não chegou ainda a um acordo sobre o problema. Além disso, cogita-se de não fixar um número limite de andares, havendo a tendência para ser exigido apenas um limite no que se refere a uma proporção entre o tamanho horizontal dos edifícios e sua altura. Assim, um edifício com maior área construída teria permissão para um número menor de andares, e vice-versa. Aliás, comenta-se que foi o Sindicato que causou a não aprovação do Plano original, devido a sua incontável força de pressão, toda ela usada na ocasião.

Outro aspecto ainda em aberto é o que refere à proibição de novos Bancos na avenida Jerônimo Monteiro, o que está dividindo as opiniões não só dos integrantes da comissão, mas também dos comerciantes. Uns acham que a presença dos Bancos prejudica o comércio, outros pensam o contrário. De qualquer forma, essa questão deverá ficar definida na discussão que haverá antes do Plano ser encaminhado à Câmara para uma decisão final.

Mesmo assim, nos dois primeiros anos o gabarito para edifícios ficará em "banho maria" uma vez que os empresários da construção civil já procuraram o setor de Aprovação de Projetos da Prefeitura antecipando-se a uma possível mas improvável regulamentação que lhes seja desfavorável.

MORROS

AS 22934
No que diz respeito aos morros, o PDU estebeleceu uma altura limite para a permanência de barracos nos morros e não mais permitirá a construção de outros. Segundo o secretário de Obras da Prefeitura, Laerce Machado, essas providências minimizarão o problema da criação de redes de água e darão maior segurança aos moradores dos morros. Entretanto, esta será a única colaboração que a PMV dará para resolver o problema de abastecimento d'água aos morros, apesar de que não está completamente descartada a possibilidade de uma ajuda mais efetiva nesse sentido, posteriormente.

Rodovia pode ser melhor utilizada

A rodovia Serafim Derenzi (do Contorno), que liga Maruípe a Santo Antônio, poderá ser reestruturada para servir como alternativa para o fluxo do tráfego, que já sobrecarrega o centro de Vitória. Esta proposta está contida no Plano Diretor Urbano da capital, projeto da Fundação Jones dos Santos Neves que está sendo avaliado pela Prefeitura Municipal de Vitória.

Para Humberto Vello, assessor da Secretaria de Obras da Prefeitura, a estrada "não é opção de tráfego, mas pode vir a ser transformada em nova via de bom movimento se for modificada". Ele explicou que o objetivo principal quando da construção de rodovia é que ela servisse como via secundária além de ser um fator para incrementar a povoação daquela região periférica da capital. De fato, o seu traçado não é propício para um fluxo intenso de veículos, pois é cheio de rampas e curvas acentuadas.

PROPOSTA

A proposta do PDU é a retificação da rodovia, com a alteração de vários

trechos. Por enquanto, a Serafim Derenzi, atingindo uma região pouco povoada não funciona como eixo de transporte, principalmente porque somente uma linha de ônibus faz aquele percurso.

A distância Maruípe à Ponte do Príncipe, para quem transita pela Serafim Derenzi, é bem maior do que pelas vias do centro da cidade. "Ela foi feita visando o desenvolvimento da segunda metade de Vitória, a parte que está sendo habitada agora. Com esta estrada, bairros foram desenvolvidos, como Joana D'Arc, São Pedro, Floresta da Ilha, Inhanguetá, Ilha das Caieiras". Acrescentou Humberto Vello.

Com a falta de tráfego na rodovia, os problemas não são muito importantes: alguns trechos erodados, inexistência de sinalização vertical e horizontal, acostamento falho em algumas partes. As únicas falhas no asfaltamento da estrada foram solucionadas com os serviços de reparo feitos há duas semanas pela Prefeitura.

A Tribuna, 13 de maio de 1980